



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

CONSULTA PÚBLICA

Resposta ao Questionamento: nº R - 30/2016

Questionamentos
<p>1 - Na audiência foi informado que a concessionária realizará no primeiro ano mais de 200 milhões em investimentos, assim pergunta-se como será realizado esse investimento e em qual parte do edital, termo de referência ou outro documento consta o detalhamento deste investimento?</p> <p>2- Além da remuneração através do VPA os órgãos públicos estaduais, considerando a administração indireta, também remunerarão a concessionária?</p> <p>3 – Como será realizada a remuneração dos atendimentos realizados nos serviços ofertados por outros entes (Receita, prefeituras) ou parceiros (ACIEG, SEBRAE, Certificado digital...)? Neste caso, a concessionária poderá negociar valor diferente do VPA?</p> <p>4 – A concessionária deverá substituir todos os bens moveis? Em caso afirmativo em qual documento consta está disposição?</p> <p>5 - Qual será a solução adotada para os contratos com as atuais empresas terceirizadas fornecedoras de mão de obra para os vapt vups (Limpeza, vigilância)? Os trabalhadores serão dispensados? Em caso de rompimento dos contratos a administração pública contabilizou os prejuízos que poderão ser causados? E nos casos dos outros serviços prestados?</p>
Resposta
<p>1 - Na audiência foi informado que a concessionária realizará no primeiro ano mais de 200 milhões em investimentos, assim pergunta-se como será realizado esse investimento e em qual parte do edital, termo de referência ou outro documento consta o detalhamento deste investimento?</p> <p><u>Pronunciamento</u> – No detalhamento dos estudos – 2 - Modelagem Econômico-Financeira Tabela - P4. Projeções de desembolsos com investimentos, encontra-se como será realizado. Quanto ao montante a ser investido a informação correta é de que nos primeiros anos será investidos montante acima e ao longo de todo o projeto outro montante de mesma ordem de grandeza será investido em processos de reposição.</p> <p>2- Além da remuneração através do VPA os órgãos públicos estaduais, considerando a administração indireta, também remunerarão a concessionária?</p> <p><u>Pronunciamento</u> – Não.</p> <p>3 – Como será realizada a remuneração dos atendimentos realizados nos serviços ofertados por outros entes (Receita, prefeituras) ou parceiros (ACIEG, SEBRAE, Certificado digital...)? Neste caso, a concessionária poderá negociar valor diferente do VPA?</p>



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Pronunciamento – O atendimento relativo a todos os serviços, de todos os parceiros, atualmente prestados no VAPT VUPT estão contidos no custo total do projeto que resultou no valor do VPA de referência. Desta forma, para os atuais parceiros não poderá haver nenhuma negociação.

4 – A concessionária deverá substituir todos os bens moveis? Em caso afirmativo em qual documento consta está disposição?

Pronunciamento – no Termo de Referência no item que trata das principais obrigações da Concessionária (pág. 41 e 42/86). Estas obrigações estão alinhadas com os investimentos de que trata o item 1 anterior.

5 - Qual será a solução adotada para os contratos com as atuais empresas terceirizadas fornecedoras de mão de obra para os vapt vups (Limpeza, vigilância)? Os trabalhadores serão dispensados? Em caso de rompimento dos contratos a administração pública contabilizou os prejuízos que poderão ser causados? E nos casos dos outros serviços prestados?

Pronunciamento – conforme previsto na transição, todos os contratos firmados com o Estado serão transferidos para a Concessionária ou rescindidos. Cada caso será tratado à luz de suas peculiaridades, tanto pelo Poder Concedente como pela Concessionária. Assim sendo, a análise quanto à conveniência de manter ou não os atuais prestadores será da Concessionária. No que diz respeito aos prejuízos que poderão ser causados, em decorrência do rompimento dos atuais contratos, tratam-se de contratos firmados com o Poder Concedente e não com a Concessionária, razão pela qual são de responsabilidade do Poder Concedente. Obviamente que serão adotadas todas as ações mitigadoras possíveis para reduzir tais impactos. De qualquer forma, será procedida uma revisão deste tema no escopo do projeto, acerca de eventual alocação deste risco de forma distinta do presente entendimento.